

## Leis de Inovação – Federal e Paulista

- Visão geral;
- Conceito de ICT;
- Parcerias estratégicas,
- Incubação de empresas e locação de infra-estrutura;
- Subvenção econômica;
- Facilitação para transferência de tecnologia e prestação de serviços às empresas;
- Projetos cooperativos ICT - Empresa;
- Incentivos fiscais;

## Lei de Inovação Federal Visão Geral

- Lei n. 10.973 de 2 de dezembro de 2004
  - “Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”.
  - Regulamentada pelo decreto nº 5.563 de 10/2005
  - O centro de atenção é a ICT – Instituição Científica e Tecnológica
- Organizada sobre 5 (cinco) eixos:
  - A construção de ambientes especializados e cooperativos, que proporcione parcerias estratégicas entre Universidades, Institutos de Pesquisa e Empresas;
  - O estímulo à participação de ICT’s no processo de inovação;
  - O incentivo à inovação nas empresas;
  - O estímulo ao inventor independente, trazendo a ICT para apoiá-lo
  - O estímulo a criação e desenvolvimento de fundos, para investimentos em inovação

## Conceito de ICT

- Lei de Inovação Federal:
  - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;
- Lei Paulista de Inovação
  - Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo - ICTESP: órgão ou entidade da administração pública estadual direta ou indireta que tenha por missão institucional executar atividades ligadas à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, atuando ou não na formação de recursos humanos;

# A Lei de Inovação Federal

**Lei nº 10.973, de 02.12.2004**

**Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.**

- I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
- II - DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO
- III - DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO
- IV - DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS
- V - DO ESTÍMULO AO INVENTOR INDEPENDENTE
- VI - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO
- VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

# A Lei de Inovação Federal

## I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### **Objetivo**

Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição.

# A Lei de Inovação Federal

## II - DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

### PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Art. 3º

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão **estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos** voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que **objetivem a geração de produtos e processos inovadores**.

O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, **inclusive incubadoras e parques tecnológicos**.

# A Lei de Inovação Federal

## II - DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

Art. 4º

As ICT poderão, mediante remuneração e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

### INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

I - **compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte** em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;

### 'LOCAÇÃO' DE INFRA-ESTRUTURA

II - **permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações** de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.

# A Lei de Inovação Federal

## III - DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

### FACILITAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Art. 6º

É facultado à **ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento** para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

A contratação com cláusula de **exclusividade**, para os fins de que trata o caput deste artigo, deve ser precedida da **publicação de edital**.

Quando **não for concedida exclusividade** ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput deste artigo **poderão ser firmados diretamente**, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento.

Art. 7º

A **ICT** poderá obter o **direito de uso ou de exploração de criação protegida**.



## A Lei de Inovação Federal

### III - DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ÀS EMPRESAS

Art. 8º

É facultado à **ICT prestar** a instituições públicas ou privadas **serviços** compatíveis com os objetivos desta Lei, **nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo**.

O **servidor, o militar ou o empregado público** envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo **poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio** com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de **adicional variável** e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

## A Lei de Inovação Federal

### III - DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

#### PROJETOS COOPERATIVOS - PARCERIA UNIVERSIDADE EMPRESA

Art. 9º

É facultado à **ICT** celebrar **acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo**, com instituições públicas e privadas.

O **servidor, o militar ou o empregado público** da ICT envolvido na execução das atividades previstas no caput deste artigo **poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento**.

As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 6º desta Lei.

A **propriedade intelectual e a participação nos resultados** referidas no § 2º deste artigo serão asseguradas, desde que previsto no contrato, **na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais** alocados pelas partes contratantes

# A Lei de Inovação Federal

## IV - DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

### SUBVENÇÃO ECONÔMICA

Art. 19

A União, as ICT e as agências de fomento **promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas** nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, **mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional.**

# A Lei de Inovação Federal

## IV - DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

### ENCOMENDA TECNOLÓGICA

Art. 20.

Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, **poderão contratar empresa, consórcio de empresas** e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à **realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico**, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

# A Lei de Inovação Federal

## VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

### INCENTIVOS FISCAIS

Art. 28

A União fomentará a inovação na empresa mediante **a concessão de incentivos fiscais** com vistas na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei para atender o previsto no caput deste artigo.

## A Lei Paulista de Inovação

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1049, DE 19 DE JUNHO DE 2008**

**Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa Científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas.**

Capítulo I - Das Disposições Preliminares

Capítulo II - Do Sistema Paulista de Inovação Tecnológica;

Capítulo III - Do Estímulo à Participação das ICTESPs no Processo de Inovação Tecnológica;

Capítulo IV - Do Estímulo à Participação do Pesquisador Público no Processo de Inovação Tecnológica;

Capítulo V - Do Estímulo à Participação do Inventor Independente no Processo de Inovação Tecnológica;

Capítulo VI - Do Estímulo à Participação de Empresas no Processo de Inovação Tecnológica;

Capítulo VII - Da Participação do Estado em Empresas de Inovação Tecnológica;

Capítulo VIII - Da Participação do Estado em Fundos de Investimento;

Capítulo IX - Dos Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresa de Base Tecnológica;

Capítulo X - Das Disposições Finais

# A Lei Paulista de Inovação

## Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Esta lei complementar estabelece medidas de **incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira, à informação tecnológica e à extensão tecnológica em ambiente produtivo ou social, visando alcançar a capacitação e o desenvolvimento industrial e tecnológico internacionalmente competitivo do Estado de São Paulo**, nos termos dos artigos 268 a 272 da Constituição do Estado, dos artigos 218 e 219 da Constituição da República, e das disposições da Lei Federal n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

# A Lei Paulista de Inovação

## Das Disposições Preliminares

### PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Artigo 3º - O Estado, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e suas demais agências de fomento poderão estimular e apoiar a **constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas e ICTESPs** voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos e processos inovadores.

Parágrafo único - O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as **redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e/ou social e de criação de ambientes de inovação, incluídas as incubadoras e parques tecnológicos.**



# A Lei Paulista de Inovação

## Das Disposições Preliminares

### INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

Artigo 4º - As ICTESPs poderão, mediante remuneração e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio, **compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas ou grupos de produção associada, em atividades voltadas à inovação tecnológica**, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística.

### SISTEMA PAULISTA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Artigo 5º - Fica instituído o **Sistema Paulista de Inovação Tecnológica**, a ser regulamentado pelo Poder Executivo, com o objetivo de **incentivar o desenvolvimento sustentável do Estado pela inovação tecnológica**, estimulando projetos e programas especiais articulados com o setor público e privado.

§Artigo 6º - **O Estado apoiará a cooperação entre o Sistema Paulista de Inovação Tecnológica e instituições públicas de pesquisa e de inovação tecnológica da União e dos Municípios para atrair empresas que promovam inovação tecnológica, desenvolvimento científico e tecnológico, incubadoras, parques tecnológicos e outras entidades de pesquisa científica e tecnológica.**

## A Lei Paulista de Inovação

### Do Estímulo à Participação das ICTESPs no Processo de Inovação Tecnológica

#### FACILITAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Artigo 7º - As ICTESPs poderão **desenvolver projetos de inovação tecnológica em conjunto com instituições públicas e privadas dos diversos segmentos do setor produtivo e da sociedade civil voltados à inovação tecnológica e ao desenvolvimento científico e tecnológico.**

Artigo 8º - É facultado às ICTESPs **celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida** que tenham desenvolvido, mediante prévia manifestação do Núcleo de Inovação Tecnológica

§4º - A transferência de tecnologia e o licenciamento para **outorga de direito de uso ou de exploração de criação, reconhecidos em ato do Poder Executivo como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.**

# A Lei Paulista de Inovação

Do Estímulo à Participação das ICTESPs no Processo de Inovação Tecnológica

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ÀS EMPRESAS

Artigo 14 - Ao pesquisador público, por interesse de ICTESP, é permitida a **prestação de consultoria técnico-científica aos setores da produção**, desde que em atividade compatível com a natureza do cargo efetivo ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, e em conformidade com os estatutos e regulamentos da instituição.

# A Lei Paulista de Inovação

Do Estímulo à Participação de Empresas no Processo de Inovação Tecnológica

## COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E SUBVENÇÃO ECONÔMICA

Artigo 18 - O Estado, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará a **participação de empresas, grupos de empresa, cooperativas, arranjos produtivos e outras formas de produção no processo de inovação tecnológica, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura ou a concessão de apoio financeiro**, a serem ajustados em acordos específicos.

Artigo 19 - O Estado, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará a **participação de empresas no processo de inovação tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação tecnológica e/ou social, inclusive incubadoras e parques tecnológicos**.

# A Lei Paulista de Inovação

## Do Estímulo à Participação de Empresas no Processo de Inovação Tecnológica

### ENCOMENDA TECNOLÓGICA

Artigo 20 - Os órgãos e entidades da administração pública estadual, em matéria de interesse público, **poderão contratar empresas ou consórcios de empresas**, assim como entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, que apresentem reconhecida capacitação tecnológica no setor, para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, **para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, observadas as formalidades legais.**